

OBSERVATÓRIO

da diversidade

CULTURAL



BOLETIM ODC #57
Diversidade Cultural e Processo Político Atual

MAIO 2016

PATROCÍNIO

814/2013 FPC: Manutenção das atividades -
Observatório da diversidade Cultural



PREFEITURA
BELO HORIZONTE

Realizado com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte

REALIZAÇÃO



Grupo de Pesquisa
Observatório da
Diversidade Cultural



PARCEIROS



PUC Minas

Programa de
Pós-Graduação
em Comunicação



UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
MINAS GERAIS

Programa de
Pós-Graduação
em Artes



OBSERVATÓRIO
da diversidade
CULTURAL



BOLETIM ODC #57
Diversidade Cultural e Processo Político Atual

MAIO 2016

SUMÁRIO

- José Márcio Barros 06 A CRISE, O GOLPE E A DIVERSIDADE
- Giuliana Kauark 10 RÁPIDO COMENTÁRIO SOBRE MUROS E BOLHAS
- Renata Melo 14 EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA EM TEMPOS DE CRISE:
ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO 18 DE MARÇO (MD18)
NAS MOBILIZAÇÕES EM DEFESA DA DEMOCRACIA NO BRASIL
- Juan Brizuela
Kátia Costa 17 REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE E DEMOCRACIA NO BRASIL ATUAL
- Tatiana Corsini Schwartz
Vitor de Souza Costa 21 A TRAVESSIA SOCIAL: O FRUTO PODRE DO GOLPE
- 31 SOBRE OS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO
- 34 SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL
- 36 SOBRE O BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

A CRISE, O GOLPE E A DIVERSIDADE

José Márcio Barros

O Observatório da Diversidade Cultural, grupo de pesquisa e organização da sociedade civil, se engaja na luta pelo respeito à democracia e pela continuidade dos avanços políticos e sociais alcançados neste país, especialmente nas últimas duas décadas. Os acontecimentos que resultaram no afastamento de uma Presidente legitimamente eleita pelo voto direto de milhões de brasileiros, e sob a qual não pesa qualquer evidencia que a incrimine, revela a gravidade do momento e o quanto nossa jovem democracia está sob ameaça real.

Não são apenas os estrangeiros que não compreendem o que se passa em nosso país. Grande parte da população se pergunta: não temos Constituição? Como pode um bando de corruptos declarar o impeachment de uma Presidente eleita? Porque os processos investigativos não se dão de forma equitativa, abrangendo a todas as matrizes ideológicas de acusados?

Para além dos problemas políticos e institucionais, este processo – ora chamado de crise, ora de golpe – revela, dentre outras coisas, duas outras faces de nossa cultura política. A intolerância com as diferenças e o engajamento deliberado da grande mídia como tática golpista.

No que se refere à intolerância, não foram poucos, e continuam abundantes, os episódios de ofensas, desqualificações e acusação às conquistas socioculturais das minorias étnicas e de gênero no país. Parte da campanha golpista, se utilizou de um discurso maldosamente equivocada-

do de tratar as políticas sociais de inclusão e reparação, como expressão de privilégios e de cooperação política de quem estava no poder. O elogio a torturadores e a satanização das visões e posturas progressistas, tornou-se alimento discursivo contrário ao Estado de Direito.

Por outro lado, o protagonismo golpista dos grandes veículos de comunicação ficou evidente e foi praticado sem o menor pudor. Pesquisas futuras irão comprovar quantitativa e qualitativamente o acerto em se chamar o atual momento de um golpe midiático ao poder.

Intolerância e o uso deliberado da mídia, expressam o quanto a diversidade cultural no Brasil se encontra igualmente sob ameaça.

Tomamos assim o 21 de Maio de 2016, Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, instituído pela UNESCO e celebrado em todo o mundo, como um momento de reflexão e expressão de nossas preocupações, com o atual momento vivido no Brasil.

E como se não bastasse, ainda fomos vítimas da extinção do Ministério da Cultura e do Ministério das Comunicações, medida tomada pela coalizão golpista que assumiu o poder, e que coroa o projeto conservador e autoritário deste governo.

O Prof. Albino Rubim Albino , ex-secretário de Cultura da Bahia, em entrevista ao Site do ODC se pergunta: “Como esperar da direita um respeito à cultura? Collor extinguiu o Ministério. Agora Temer faz o mesmo. A direita parece ter uma enorme dificuldade de conviver com a cultura.” E nos lembra que outras experiências conservadoras, fizeram o mesmo: “O anterior governo português, também de direita, extinguiu o Ministério da Cultura, agora recriado pelo atual governo do PS com apoio do BE e do PCP. Aliás, não é a direita (nazista) que afirmou que saca o revolver quando ouve a palavra cultura?”

Fabiano Piúba, atual Secretário de Cultura do Estado do Ceará, também em entrevista publicada em nosso site é ainda mais contundente:

Recebi a notícia da extinção do MINC como um segundo golpe. Seja a ideia de fusão ou de uma Secretaria Nacional, porque ambos são retrocessos tremendos não só para a consolidação das políticas públicas de cultura, mas para a construção das políticas de Estado voltadas para o desenvolvimento social, econômico, humano e sustentável do país. Pois não há mais espaço nas políticas públicas sem o papel estratégico da cultura. Daí a importância da defesa da integridade do Ministério da Cultura nesse momento.

Perguntado sobre o fato do Ministério da Cultura possuir um orçamento muito baixo para que sua fusão ao MEC seja justificada por questões orçamentárias, Fabiano Piuba respondeu:

Na verdade a fusão é uma confusão. A educação e a cultura são políticas que devem ser desenvolvidas em diálogos perenes, por meio de ações integradas, articuladas e cultivadas em seus terrenos comuns. Mas uma coisa é termos a percepção da dimensão da educação na cultura e a percepção da dimensão cultural na educação. Outra é percebermos que cada uma tem suas políticas, atribuições, competências e gestões próprias. Portanto, essa fusão proposta não implica apenas em fundir, mas em excluir, em tornar invisível e sem relevância institucional e social a política cultural para o desenvolvimento do país. O mesmo vale para a ideia de uma Secretaria Especial ou Nacional de Cultura. Trata-se de um retrocesso e não devemos nos arrefecer ou nos iludir com essa última proposta. Ambas são retrógradas. Porque o que está em cena é o lugar da Cultura. O que está em questão é o papel da política cultural para o desenvolvimento do país. O que está em debate são as visões de país, de nação e de civilização que devem ser empreendidas no projeto nacional. O que está em matéria é a promoção do patrimônio cultural em toda sua diversidade e o lugar de destaque da imaginação criativa e produtiva na construção da soberania nacional. O que está em jogo é a garantia da promoção

da diversidade étnica e de gênero, das políticas afirmativas e de cidadania engendradas pelo MinC nesses últimos tempos.

O momento é grave. Vivemos a ameaça concreta de retrocessos nas conquistas democráticas da sociedade brasileira, especialmente aquelas voltadas aos mais pobres, às minorias. Vivemos tempos de desrespeito à Constituição Brasileira.

A resistência dos agentes, gestores e ativistas culturais se mostra importante. A coragem cívica dos funcionários do MINC em receber o ministro interventor com vaias e gritos e as ocupações pacíficas das instituições federais de cultura, bem como as manifestações de artistas e lideranças culturais revelam, como sugere a atriz Fernanda Montenegro, que a potência transformadora do campo das artes e da cultura foi acionada.

Somos um país rico em diferenças culturais, mas ainda ancorado nas desigualdades e na fragilidade de nossa principal instituição: a Democracia.
Nós do ODC nos somamos ao coro

NÃO À EXTINÇÃO DO MINC

RÁPIDO COMENTÁRIO SOBRE MUROS E BOLHAS

Giuliana Kauark

A situação e a participação política no Brasil diante da enxurrada de acontecimentos nos últimos meses estão suscitando inúmeras análises, diagnósticos e prognósticos. Por esta razão, o grupo de pesquisa do Observatório da Diversidade Cultural decidiu dedicar uma edição do seu Boletim à diversidade e democracia. Atendendo ao desafio, resolvi fazer um rápido comentário sobre muros e bolhas.

Relaxe, não é poesia isso aqui. Os muros são de concreto mesmo ou qualquer outro material bastante sólido e que logram dividir territórios. As bolhas, por mais imateriais que sejam, são igualmente reais e visíveis a qualquer olho mais atento aos algoritmos de sites e redes sociais. Para ilustrar esta conversa trarei dois exemplos recentes: O muro instalado em frente ao Congresso Nacional em Brasília dias antes da votação do impeachment e as bolhas criadas por meio de exclusões de amigos nas redes sociais por curtir fanpages de certos partidos ou representantes políticos. Com efeito, o que une este muro e estas bolhas é a ideia de separação, digamos, ideológica. Pessoas com ideais diferentes não podem ou não querem estar juntas num mesmo espaço, seja do mundo físico (real) ou numérico (digital). Podemos nomear de outro modo tal separação e assim estaremos falando de democracia e diversidade cultural. Muros e bolhas, conforme exemplificados, tornam-se signos de intolerância.

Em seu ensaio *As razões da tolerância*, Norberto Bobbio aponta que, em seu sentido tradicional, tolerância significava tratar da convivência entre verdades contrapostas, entre diferentes crenças religiosas ou ideologias políticas. As disputas recentes entre camisas vermelhas, verdes e amarelas, nos leva a lançar luz sobre esta acepção. Sem entrar no mérito das verdades de um ou outro lado, ou ainda daqueles que dizem encontrar-se na terceira margem do rio, o que me intriga é o quanto os muros e bolhas que ajudamos a construir alimentam a intolerância e ferem o mínimo essencial do conceito de diversidade cultural, qual seja, a convivência pacífica entre diferentes.

Sabemos que a intolerância (religiosa, política, racial) é marca de sociedades despóticas e que leva à exclusão do diferente e ao desenvolvimento de formas de repressão. Muitos são os exemplos históricos que ilustram suas nefastas consequências, sobretudo quando a intolerância torna-se "institucionalizada" ou "estrutural". Grupos e indivíduos afetados por intolerâncias deste tipo perdem a dimensão da dignidade humana e vê impedida a afirmação de seus direitos mais básicos.

Em sociedades democráticas, entretanto, Bobbio afirma que sofremos de excesso de tolerância em sentido negativo, em outros termos, de tolerância no sentido de deixar as coisas como estão, de não interferir, de não se escandalizar nem se indignar com mais nada. A apatia social em torno das inúmeras desigualdades é um resultado desta nefasta tolerância. Grupos e indivíduos se consideram em posição de superioridade-inferioridade uns em relação aos outros, o que implica numa negação da igualdade fundamental entre sujeitos e também numa negação da dignidade humana.

É difícil explicar, mas a sensação atualmente disseminada é que no Brasil de hoje nos encontramos numa zona cinzenta entre a tolerância em sentido negativo e o retorno da intolerância estrutural. Enquanto a tolerância negativa nos acompanha há muito tempo, os muros e bolhas aqui ressaltados fazem vir à tona a intolerância entre diferentes. A tinta aqui pode estar um pouco carregada, mas o retrato que se pinta não difere muito da realidade vivenciada.

A defesa pela diversidade cultural, por outro turno, nos leva a um reconhecimento das diferenças, compreendendo-as como condição para o diálogo entre os indivíduos. A Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais traz este aspecto em seu preâmbulo e nos objetivos, conforme trechos destacados a seguir.

“Ciente de que a diversidade cultural se fortalece mediante a livre circulação de ideias e se nutre das trocas constantes e da interação entre culturas” (preâmbulo)

“Os objetivos da presente Convenção são: [...]

2. encorajar o diálogo entre culturas a fim de assegurar intercâmbios culturais mais amplos e equilibrados no mundo em favor do respeito intercultural e de uma cultura da paz;

3. fomentar a interculturalidade de forma a desenvolver a interação cultural, no espírito de construir pontes entre os povos” (artigo 1 - objetivos)

Não pretendo mudar a letra da supracitada Convenção, nem entortá-la para que caiba neste raciocínio. Vejo claramente que ela foca nas trocas entre diferentes culturas e não entre diferentes crenças ou ideologias. Todavia, se voltamos àquela pergunta original de todo pesquisador ou pesquisadora do campo cultural, a famosa “o que é cultura?”, lembraremos que também a compreendemos como cosmogonias, como visões de mundo que nos orientam, que contribuimos para reificar, retificar ou modificar e que são muitas e variadas.

Na defesa da interculturalidade, portanto, não me furto em afirmar que a intolerância ou a tolerância em sentido negativo são fenômenos contrários ao respeito intercultural. Há evidente incompatibilidade entre o reforço de intolerâncias - nas quais o outro, aquele que é diferente, não é aceito - e a promoção de diferentes culturas, de diferentes visões de mundo. Intolerância é a negação da diversidade, é seu antônimo quase exato, pois gera adversidades.

Enfim, gostaria de rapidamente comentar o quão impossível é encorajar a interação, o diálogo e os intercâmbios, seja entre diferentes culturas ou diferentes ideias, erigindo muros, nos confortando em bolhas e reforçando uma polarização. Lendo a Convenção sobre diversidade cultural percebemos que a engenharia proposta é outra e pede nossa atenção e ação: devemos construir pontes. Ponte esta, não para o futuro. Ponte "somente pra atravessar, caminhar sobre as águas desse momento" (Lenine).

EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA EM TEMPOS DE CRISE: ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO 18 DE MARÇO (MD18) NAS MOBILIZAÇÕES EM DEFESA DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Renata Melo

Diante dos últimos acontecimentos políticos ocorridos no Brasil, o grupo de pesquisa do Observatório da Diversidade Cultural propôs uma edição de seu Boletim voltada à diversidade cultural e democracia. Então, como pesquisadora do ODC atualmente residindo em Paris e, ainda, partindo do pressuposto que a resistência em favor do Estado Democrático de Direito no Brasil ganhou contornos internacionais, achei que seria importante fazer um relato sobre as diversas mobilizações realizadas em favor da democracia, em especial, sobre o MD18 (Movimento Democrático 18 de Março), movimento criado em Paris após uma reunião de brasileiros preocupados com os rumos da política, destacando suas diretrizes, ações e repercussões em âmbito nacional e internacional.

Não é de hoje que a democracia no país vem sendo ameaçada. Ainda mais depois do circo de horrores em que se transformou o congresso brasileiro, quando, após o resultado das últimas eleições para Presidente da República, em uma votação extremamente polarizada, 54 milhões de brasileiros optaram por reeleger a Presidenta em exercício e dar continuidade ao programa de governo que vinha sendo desenvolvido. Isso fez despertar a ira da oposição e de setores ultraconservadores da sociedade, dando ensejo, dentre outros absurdos, a uma das maiores ilegalidades da história do nosso jovem Estado Democrático de Direito: o julgamento << em caráter exclusivamente político >> do pedido de impeachment da atual Presidenta Dilma Rousseff.

Em decorrência da propositura (supostamente ilegal) do pedido de impeachment pelo então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha e da sua posterior votação na casa, de inúmeros desmandos na esfera do judiciário, tais como o controverso despacho de condução coercitiva do ex-presidente Lula pelo juiz federal Sérgio Moro, os vazamentos (também ilegais) de conversas telefônicas que envolvem a atual Presidenta, e, ainda, do posicionamento extremamente parcial da grande mídia brasileira, houve uma reação de indignação de parcela da população que julga estar diante de graves violações aos direitos constitucionais que resultam em ameaça à nossa tão recente democracia. Alguns especialistas avaliam estarmos diante de um golpe jurídico-midiático sem precedentes para a história do país. Diversas manifestações foram mobilizadas, pró e contra o impeachment, dentro e fora do país. Dentre elas, as organizadas pelo MD18.

Em um curto espaço de tempo, alguns brasileiros residentes na França e em outros países da Europa se mobilizaram pela democracia. São, em sua maioria, artistas, jornalistas, professores, pesquisadores, estudantes, técnicos, profissionais liberais. A criação do movimento, que tem como grande missão informar à imprensa e comunidade internacional sobre os reais interesses que estão por trás do que é divulgado nos grandes veículos de comunicação brasileiros, já conta com apoiadores em toda a Europa.

O MD18 (Movimento Democrático 18 de Março), cujo nome faz referência à data da criação do movimento, que iniciou durante uma manifestação com cerca de cem pessoas nos arredores do Consulado Brasileiro em Paris, no dia 18 de março, às 18 horas, ocorreu em sincronia com o ato pró-democracia feito no Brasil. O nome do movimento (MD18) foi inspirado no aniversário da Comuna de Paris, que coincidentemente é comemorado no mesmo dia. Foram criados um *website*¹ e uma página no *Facebook*² e elaborado um manifesto que contou inicialmente com a assinatura de 114 membros.

¹ <http://www.md18.org/>

² <http://www.md18.org/>

A grande finalidade do MD18 é entrar em contato direto com a imprensa francesa e internacional, apresentar a real situação que o país atravessa, denunciar a manipulação da grande mídia brasileira, que é parcial e comprometida em derrubar o governo, tendo em vista que parte da grande mídia francesa e de outros países da Europa parece se guiar pelo que publica a grande mídia brasileira, apenas reproduzindo notícias de veículos como Globo, Veja, Folha de São Paulo e Estadão, sem o mínimo de criticidade.

O MD18 tem promovido alguns eventos com o intuito de debater sobre a situação política no Brasil, o primeiro deles, ocorrido em 24 de março na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), teve a participação do deputado Jean Wyllys, que enfatizou a existência de um golpe em curso no país. Outro importante evento foi o debate que ocorreu na Sorbonne no dia 05 de maio e teve a fala da historiadora Juliette Dumont, do Instituto de Altos Estudos sobre a América Latina (Iheal) da Universidade parisiense Sorbonne Nouvelle, que opinou que o provável afastamento da Presidenta Dilma Rousseff “vai fragilizar o Brasil e prejudicar, durante muitos anos, a credibilidade do país no cenário internacional”. “O Brasil cometerá um suicídio político”, se o Senado aprovar o pedido de impeachment de Dilma. Sobre os atos, eles estão sendo realizados em consonância com as manifestações realizadas no Brasil e tem ocorrido na Place de la République. Foram, ao todo, 06 atos e em torno de 800 pessoas mobilizadas em prol da democracia e contra o golpe.

A situação do país diante de tantos atos inconstitucionais ainda é uma incógnita, mas é certo que o papel dos movimentos sociais, do MD18 e dos demais movimentos democráticos espalhados pelo Brasil e pelo mundo, está sendo cumprido. Discutir, pressionar a opinião pública, manifestar as insatisfações e deixar claros os posicionamentos é a verdadeira essência do exercício da democracia.

REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE E DEMOCRACIA NO BRASIL ATUAL

Juan Brizuela

Kátia Costa

Esta reflexão está sendo construída por dois pesquisadores do grupo Observatório da Diversidade Cultural, com experiências e trajetórias muito diferentes. Uma mulher nordestina, esposa e mãe de dois filhos universitários e que com somente trinta e cinco anos chega ao ensino superior e aos cinquenta está realizando o seu mestrado. O outro, "gringo" latino-americano, da província de Entre Ríos, Argentina, que só conhece o Brasil de Lula, mora em Salvador da Bahia desde 2009 (e namora uma belíssima MBA baiana) e realiza o seu doutorado com longos trinta e dois anos.

Por que o Brasil chega a esta situação, inimaginável há alguns anos? Por que a democracia é uma instituição tão frágil neste país continental? E qual o papel da diversidade cultural neste contexto para a sociedade brasileira? Sem dúvida, não temos respostas definitivas para nenhuma destas perguntas. Todavia, nos permitimos esboçar algumas reflexões que, com diálogos e dissensos, buscam compreender um pouco mais sobre a realidade atual, visando não cair em maniqueísmos que em nada ajudam na resolução de nossas problemáticas.

Partimos de um consenso: o que estamos vivendo é um golpe institucional, apoiado pela mídia hegemônica e por interesses concentrados, que representam práticas e expressões culturais muito conservadoras, autoritárias e, inclusive, medievais de tão intolerantes e irracionais que são. Enfim, é um profundo retrocesso na construção de uma democracia efetiva, participativa e cultural com equidade. Sendo assim, nos questionamos: de quem é a responsabilidade. Seria do governo? Seria

da oposição? Seria da sociedade civil? Seria um pouco de todos? Tentaremos argumentar e analisar esta complexa situação a seguir.

Neste momento, onde os diversos setores em disputa têm tantas certezas e respostas para tudo e para todos, nos fazemos mais perguntas, demonstramos inquietações e perturbações que nos tiram do conforto: vivemos, efetivamente, uma sociedade democrática no Brasil contemporâneo? O golpe está definido, única e exclusivamente, pela legalidade do processo? Pelo número de votos? Pela legitimidade e moralidade de quem conduz o impeachment? Ou o buraco é mais em baixo e as práticas autoritárias chegam, inclusive, até nós, nas universidades, nas nossas pesquisas, no nosso dia a dia?

O lugar de fala pode nos dizer muito, mas também corremos o risco de ter um olhar limitado sobre a grandeza dos fatos ocorridos no Brasil atual. Entendemos que as diferenças territoriais que abarcam este país também demonstram as diferenças do olhar para aquilo que consideramos avanços e retrocessos. Cogitamos que há fatos concretos que podem até vir a justificar as condutas políticas recentes adotadas tanto pelo legislativo, quanto pelos diversos setores que fazem parte do povo. Todavia, para nós, o que está em jogo aqui é como promover um desenvolvimento que contemple a diversidade cultural, e o que isto representa para um avanço na consolidação de um Estado Democrático de Direito. Como isso pode vir a contribuir com a diminuição da pobreza, com a questão da reforma agrária, com a inclusão de indígenas, negros e negras nas universidades públicas, com a diminuição no índice de mortes de tantos jovens – majoritariamente negros – nas periferias das nossas cidades? Como a cultura se coloca como elemento-chave num processo de desenvolvimento?

Parece que estamos falando de coisas distintas. Todavia, o processo que se desenrola em nosso país provoca uma profunda reflexão sobre estas questões, pois tudo está imbricado. Numa perspectiva histórica, é importante analisar as ações realizadas por grupos políticos conservadores e o impacto

delas na sociedade brasileira. Poderíamos elencar vários motivos para justificar a situação atual, mas certamente não podemos deixar de considerar a dolorosa “moderna tradição” de exploração das classes menos privilegiadas, realizada por um pequeno grupo, que se considera com mais legitimidade para usufruir das liberdades, que deveriam ser de todos e não de alguns poucos cidadãos.

Estamos vivendo um Brasil dividido, onde a possibilidade de igualdade de direitos, ou mesmo a possibilidade de garantia de alguns direitos pelas camadas sociais e culturais tradicionalmente excluídas, são vistas como aspectos intimidadores para esse outro grupo elitista, cujos membros, dizia Faoro (apud Carta, 2012) “querem um País de 20 milhões de habitantes e uma democracia sem povo”. Ademais, o Estado e suas instituições republicanas, criadas para promover garantias ao cidadão, se eximem da sua responsabilidade e usam a sua estrutura para criar esquemas de manipulação, sejam das leis ou das políticas institucionais, legitimando um processo que desconsidera a heterogeneidade desse país, sua pluralidade e suas contradições territoriais, econômicas, sociais e culturais.

Além disso, o que representa a diversidade cultural neste contexto, dentro de uma política democrática de Estado? Talvez não tenhamos ainda elementos suficientes para responder com profundidade a isso; mas, com muita humildade, arriscamos dizer que representa a compreensão dessa heterogeneidade de práticas e expressões culturais, complexas e contraditórias, e a descoberta de como as diferentes formas e jeitos do nosso povo de produzir vida – trabalho, cultura, renda, além das contribuições políticas – podem interferir numa melhor qualidade de vida, apresentando contribuições para um desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e não apenas de sobrevivência da espécie.

Devemos esclarecer, neste sentido, de que tipo de desenvolvimento estamos falando. Consideramos aqui o conceito utilizado por Amartya Sen (2010, p. 17), um desenvolvimento com liberdades, onde

as pessoas possam usufruir de três tipos básicos de liberdades substantivas: liberdade política, quando as pessoas podem participar ativamente das decisões públicas na sua comunidade, no seu país; liberdades sociais, quando são beneficiadas por ações do Estado que garantem educação e saúde, não necessariamente se tornando um sujeito passivo das ações do Estado, mas contribuindo uns com os outros para uma melhor qualidade de vida; e, por fim, liberdade econômica, quando não lhes são roubadas às liberdades de poder saciar as suas necessidades básicas, como comer e vestir-se, assim como fazer uso das suas potencialidades de promover trocas. Para Sem (2010, p. 20), "a contribuição do mecanismo do mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca - de palavras, bens, presentes" . Essas liberdades precisam estar entrelaçadas, atuarem juntas ou complementarmente e aí, talvez, possamos vislumbrar um país melhor, com capacidade de pensar, refletir, opinar e construir um futuro promissor.

Considerar a diversidade cultural no nosso dia a dia implica um reconhecimento das formas de expressão, das formas de manifestação de vida e das identidades culturais que são inerentes à sociedade brasileira, de maneira que a diversidade cultural esteja apoiada em mecanismos e instrumentos que contribuam para o seu florescimento. Nisso, as ações realizadas pelo Estado são fundamentais, especialmente através das políticas públicas.

As manifestações autoritárias ocorridas no cenário político, às quais estamos presenciando, trazem comportamentos incoerentes com o desejo e trabalho de se consolidar um Estado democrático, colocando em xeque os avanços conquistados duramente pela sociedade. Essas manifestações interferem negativamente nos processos de construção da democracia, indicando retrocessos significativos no contexto latino-americano.

As contradições e diferenças da contemporaneidade, longe de serem entraves, podem ser entendidas como pontos positivos, fundamentais, molas propulsoras para um modelo de desenvolvimento que minimize as crises mundiais, apesar das formas antagônicas e dos discursos mascarados de governantes. A Unesco e a Agenda 21 da Cultura, por exemplo, propõem um olhar atento à diversidade cultural e aos contextos locais, especialmente aos governos locais.

Baseado nisso, podemos inferir que a transformação que tanto almejamos emerge também dos territórios e das comunidades locais, buscando compreender aspectos ligados à tradição, ao conservadorismo e também a práticas "globais", como o capitalismo, que não se alinham com o reconhecimento da diversidade como elemento central para um desenvolvimento, que busca romper com preconceitos de classe, gênero, raça, etnia, etc. Fica claro para nós que esse desafio ultrapassa o campo da cultura, demonstrando a necessidade de uma reforma política e uma transformação do Estado, no aprimoramento das políticas e dos serviços públicos.

Para finalizar esta breve reflexão, gostaríamos de sinalizar o papel da sociedade civil brasileira, dos grupos comunitários e culturais organizados, das instituições acadêmicas e de pesquisa, no momento atual. Precisamos assumir, com profunda autocritica, que as práticas autoritárias não são patrimônio exclusivo dos políticos "profissionais" ou dos partidos de governo e oposição. As expressões e manifestações de intolerância, de ódio, de profunda rejeição pela diferença e pela igualdade de direitos, são instituições milenárias de diversas culturas ao longo da história da América Latina.

Sem dúvidas, a civilização ocidental, com o projeto capitalista escravagista, vigente até hoje, levou a sua barbárie financeira de exploração inumana a limites insustentáveis, nunca vistos nem registrados nas histórias de nossas civilizações tradicionais do continente. Mas não se trata, neste momento, de cair em um novo maniqueísmo que demonize a cultura ocidental e idealize todas as outras pelo fato simplesmente de "não serem" ocidentais. Entendemos, sim, que se trata de condenar práticas e manifestações culturais que nos levem ao ódio, ao autoritarismo e à exploração independente da

cultura que a expressa. E de caminhar, cada vez mais, em um horizonte democrático intercultural com equidade que, mesmo parecendo utópico, é a principal urgência em termos de políticas públicas – em especial de cultura – que precisamos assumir neste contexto de crise.

Referências:

CARTA, Mino. **Uma quadra decisiva**. Carta Capital. 28/09/2012. Disponível em:<http://www.carta-capital.com.br/politica/uma-quadra-decisiva>. Acesso em: 07/05/2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

A TRAVESSIA SOCIAL: O FRUTO PODRE DO GOLPE

Tatiana Corsini Schwartz

Vitor de Souza Costa

O documento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), denominado A Travessia Social, surge da necessidade de contato entre Michel Temer e os financiadores do golpe legislativo, de forma a garantir confiabilidade a estes setores que não se sentem contemplados pelo projeto político proposto pela Presidenta Dilma Rousseff, referendado nas urnas em outubro de 2014, por mais de 54 milhões de eleitores e eleitoras. De pouco vale o texto vago ou à retórica oportunista e alarmista presente no documento, mas é importante vislumbrar suas proposições que atingem diretamente todos que foram contemplados pelas transformações vividas em nosso país.

O documento não nega diretamente os avanços conquistados nos últimos treze anos, no entanto, ele se atém a uma análise estritamente econômica dos avanços obtidos. A apresentação de dados específicos como renda per capita, PIB e nível de consumo, por exemplo, reduz de forma significativa a concepção de desenvolvimento, não compreendendo questões infraestruturais que têm bastante significado. Mesmo não negando avanços, o documento apresenta críticas à criação de políticas públicas, à forma de implementação e gestão e chega a apontar incapacidade do Estado em mantê-las em pleno funcionamento, sem discriminar quais políticas públicas possivelmente estariam com dificuldade em ser garantidas. Sendo um complemento do documento Uma Ponte Para o Futuro, a proposta neoliberal “de respeito ao lucro e à propriedade” refuta veementemente o caráter das políticas públicas implementadas, já que junto a elas consolidava-se um novo

modelo de Estado e um novo conceito de desenvolvimento, em que os avanços sociais estavam interligados à distribuição de renda e redução das desigualdades de condições materiais e de oportunidades.

A concepção econômica proposta diverge profundamente da realidade que a América Latina como um todo vive, e o Brasil, enquanto economia dependente, deve adotar para avançar contra a maré dos interesses do capital transnacional. Afirmar que “Os motores possíveis para o novo crescimento, [...] são o investimento privado e as exportações” (TRAVESSIA, 2016, p. 8), é negar as consequências históricas da colonização e do imperialismo em nosso país. O desenvolvimento econômico seguro se dá pelo fortalecimento das empresas estatais, que garantem o emprego e diversificam o investimento dos ganhos, patrocinando e financiando educação, saúde, cultura, tecnologia etc.; e também, pela consolidação de uma produção voltada para o consumo interno, consequência direta da consolidação de um mercado interno.

Um setor que hoje trabalha dentro da dinâmica da exportação da produção é o setor agropecuário. A produção deste setor está baseada nos latifúndios, o que promove o fortalecimento da concentração de terra no país – indicador de desigualdade. Junto a isto, podemos sinalizar a monocultura e o desmatamento, que causam consequências diretas ao meio ambiente, provocando também sua destruição; além dos diversos casos de trabalho análogo à escravidão. Mesmo com índices elevados de produção, 70% dos alimentos que compõem a mesa do brasileiro são provenientes da agricultura familiar (BRASIL, 2015), que estabelece outro tipo de relação com o cultivo, com o produto, além de garantir a autonomia do trabalhador. Então, o que acaba por acontecer é uma produção de produtos primários, em que estes são exportados, voltando manufaturados. Isto, na verdade, fruto da falta de planejamento estratégico da industrialização do nosso país, o que o documento também não apresenta.

A explanação das estratégias para o futuro, conforme o PMDB, permitem questionar se o que nos aguarda seria, mais uma vez, o escancaramento da economia nacional para o capital financeiro e sua sujeição à gerência do mercado. Nas palavras do Professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Amado Luiz Cervo (2003, p. 8), o “aprofundamento das dependências estruturais”, o acirramentos das “dependências financeira, empresarial e tecnológica” e o retrocesso estrutural e histórico, que nos remetem ao panorama político-econômico da década de 90 no Brasil, marcado por uma regressão em sessenta anos no que se refere às conquistas de autonomia relativa no encaminhamento de avanços econômicos e sociais, pela “subserviência na esfera política” e pela “destruição na esfera econômica.”

Um dos eixos centrais das propostas de mudanças que o documento apresenta é que “é preciso uma atualização das regras trabalhistas” (TRAVESSIA, 2016, p. 9). É de amplo conhecimento que uma das organizações mais ativas na implementação do golpe são as federações das indústrias, sendo personagem central a equivalente ao estado de São Paulo, FIESP. Assim, a dita atualização das regras trabalhistas acaba por se caracterizar na degeneração das leis do trabalho, enfraquecimento da representação sindical e ampliação irrestrita da terceirização, atendendo aos interesses dos grupos que sustentam o golpismo.

Ao introduzir questões sobre a construção de uma agenda social para o país, o texto traz três premissas apresentadas como fundamentais: “crescimento econômico; redução da inflação às metas do Banco Central; volta do equilíbrio fiscal” (TRAVESSIA, 2016, p. 10). Neste ponto evidencia-se o descompromisso do projeto com quem demanda políticas públicas de reparação social e garantia de oportunidades. As premissas apresentadas, são na verdade, os três eixos principais do tripé econômico basilar na economia brasileira desde a implementação do Plano Real, e que traz distorções ao compreender que o desenvolvimento social é consequência direta do desenvolvimento econômico, e não resultado de comprometimento político. A “teoria da locomotiva” no crescimento econômico

nega o processo cíclico de crises do capitalismo e busca gerar elevação contínua do PIB nacional, sem considerar descontinuidades, mesmo que para isto promova-se um ajuste que onere os mais pobres. As estratégias de redução da inflação, como vemos hoje, produz efeitos perversos e resultados que não surgem em longo prazo. O aumento da taxa básica de juros, expande os lucros do capital financeiro especulativo, reduz o consumo via crédito e provoca o desemprego. É ruim para o trabalhador, para o micro e pequeno empreendedor, para a economia nacional, demanda custos elevados para o Estado, apenas garantindo o fortalecimento de grupos econômicos. No fim, são premissas de uma agenda econômica excludente, e passam longe de uma comprometida agenda social.

Resta ainda o temor quanto ao que representaria uma maior importância à propriedade privada, — visto o quadro de práticas sistemáticas de violências e violações, historicamente perpetradas pelo Estado, dos direitos reivindicados pelo MST e MTST. Tal temor pode ser associado ainda à ineficiência das últimas gestões na execução da reforma agrária e à ausência de qualquer proposição nesse sentido do PMDB em seu projeto, para além do agravante da recente sanção da Lei Antiterrorismo (13.260/2016) — e ainda quanto a uma participação mais ativa na distribuição internacional de cadeias produtivas associada à revisão das regras trabalhistas — já conhecidas as investidas de nosso Congresso na direção da terceirização e precarização das relações de trabalho. Vale ainda lembrar o longo histórico de denúncias recorrentes no que se refere à utilização de mão-de-obra em condições análogas à escravidão, tanto em linhas de produção nacionais e estrangeiras em território brasileiro quanto pelo agronegócio.

Diante desse panorama de projetos inconsistentes e minimamente questionáveis, é de extrema relevância a problematização do que se trata o debate em torno do processo de impeachment. Em verdade, mais parecem estar em disputa projetos político-econômicos, impraticavelmente isentos de orientação ideológica, como vem sendo professado nas recentes manifestações. Com o aporte da

larga divulgação e proteção midiática e da reprodução de discursos generalistas, simplistas e pouco propositivos pela sociedade civil, a investida neoliberal entra, mais uma vez, na disputa pelo poder, sob a roupagem providencial e legitimadora de uma reivindicação geral pelo fim da corrupção. Reivindicação essa de que se apropriam, curiosamente, os partidos de oposição e de base do governo, que aproveitam o subterfúgio de esvaziar-se de qualquer responsabilidade e participação na corrupção sistêmica da máquina pública, apesar das delações e comprovações já coletadas. Nisto se encaixa o posicionamento do PMDB em seu dito 'projeto em direção ao futuro', em que se posiciona de forma crítica em relação à corrupção, como qualquer outro, defendendo seu extermínio para a regeneração das estruturas estatais, sem entretanto construir um outro projeto de Estado, a partir, por exemplo, de uma reforma política e da defesa do fim do financiamento privado de campanha, como poucos o fazem.

Cabe ainda a preocupação quanto ao resguardo das políticas promotoras e protetivas da diversidade cultural no Brasil, já ameaçadas em função da crise estrutural e nacional, de que decorrem o corte de recursos, já em execução, e o prospecto de retração progressiva dos investimentos nas universidades e em projetos de incentivo à cultura. Com a prevalência do caráter laico do Estado já desrespeitada, diante do evidente avanço do poderio de setores fundamentalistas no Congresso nacional, mais retrocessos no que diz respeito à construção de projetos de consolidação dos princípios (falhos) de isonomia e liberdade democrática de nosso Estado de Direito parecem ainda mais próximos. Com um aspirante à presidência como Michel Temer, que abertamente flerta com a condução parcial e de cunho religioso da política, como se constata em seu vídeo gravado com o deputado Marco Feliciano (PSC-SP)¹, para além de sua relação com figuras como o Pastor Silas Malafaia, o próprio objetivo de "diminuição das desigualdades" e de "nivelamento das oportunidades", previsto no projeto para a

¹ Disponível em <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dima/-noticia/2016/05/em-video-com-feliciano-temer-pede-evangelicos-que-orem-por-ele.html>

Educação do PMDB e em aparente consonância com os fundamentos básicos do Plano Nacional de Educação, é posto à prova.

Se a um processo educativo de qualidade é imprescindível a garantia de proteção à diversidade étnica, religiosa, sexual, de gênero e de opinião, circunscrita à esfera dos direitos humanos, como forma de promover qualidade de vida, maior equidade e melhores possibilidades de desenvolvimento social aos estudantes, conforme estabelecido no PNE, torna-se competência e obrigação do Estado, no âmbito da escola pública, o trato, certamente de forma apropriada às diversas faixas etárias, de questões concernentes à realidade estrutural brasileira marcadamente racista, etnocêntrica, homo/transfóbica e intolerante quanto à pluralidade religiosa. Nesse sentido, a ascensão de um presidenciável que dialoga com vertentes fundamentalistas, portanto, por si só agressoras de direitos fundamentais como o de isonomia, através de posicionamentos professados em instâncias decisórias pretensamente laicas, — legitimados na forma de Projetos de Lei que pretendem, por exemplo, criminalizar o aborto, acentuando a violação dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, e ainda impedir a criminalização da homofobia — falando no mais ameno dos termos, representa mais uma preocupante ameaça ao resguardo das políticas de promoção e proteção da diversidade cultural que, contrariamente, deveriam estar em processo de maior consolidação e expansão.

Referências:

BRASIL, Portal. Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. 24 jul 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: maio/2016.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais no Brasil: enfoque paradigmático. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001. Acesso em abril/2016.

PLANO Nacional de Educação. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em maio/2016.

PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Uma ponte para o futuro. 29 out. 2015. Disponível em: <pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TE-MER_A4-28.10.15-Online.pdf>. Acesso em maio/2016.

TRAVESSIA Social. Disponível em: http://veja.abril.com.br/complemento/pdf/TRAVESSIA%20SOCIAL%20-%20PMDB_LIVRETO_PNTE_PARA_O_FUTURO.pdf. Acesso em maio/2016.

VÍDEO. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/em-video-com-feliciano-temer-pede-evangelicos-que-orem-por-ele.html>. Acesso em maio/2016. Online.pdf>. Acesso em 07 maio 2016.

SOBRE OS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO:

José Márcio Barros

Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós Graduação em Comunicação da PUC Minas, integra também o corpo docente do Curso de Comunicação Social. Professor da UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais, onde faz parte do corpo docente do Mestrado em Artes e coordena a Pós Graduação Lato Sensu em Gestão Cultural. Professor convidado do Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Coordena o GP Observatório da Diversidade Cultural, integra o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - CULT, coordena o Programa Pensar e Agir com a Cultura e integra a Rede de Pesquisadores em Políticas Culturais.

Giuliana Kauark

Doutoranda em Cultura e Sociedade pela UFBA, com estágio doutoral na França, Université de Rouen, dedica-se a estudos e projetos na área de cultura, com ênfase em políticas culturais, diversidade cultural, gestão cultural e direitos culturais. É pesquisadora do grupo de pesquisa Observatório da Diversidade Cultural.

Renata Melo

Doutoranda no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade - Universidade Federal da Bahia - UFBA (2014) realizando pesquisa sobre a efetividade da participação social em ambientes de gestão compartilhada na área da cultura. Atualmente realiza estágio doutoral em Paris/FR, Université Ouest Nanterre La Défense - PARIS X. É membro do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura/CULT da UFBA e do Observatório da Diversidade Cultural/ PUC Minas.

Juan Ignacio Brizuela

Mestre e Doutorando do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos. Pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC - Brasil) e da Rede de Formação de Pesquisadores em Políticas Culturais.

Kátia Costa

Mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos. Gestora e Produtora Cultural. Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural (ODC - Brasil).

Vítor de Souza Costa

Graduando do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades com Área de Concentração em Relações Internacionais, na Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do grupo de pesquisa Observatório da Diversidade Cultural.

Tatiana Corsini Schwartz

Graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades com Área de Concentração em Relações Internacionais, na Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do grupo de pesquisa Observatório da Diversidade Cultural.

SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL:

O Observatório da Diversidade Cultural - ODC - está configurado em duas frentes complementares e dialógicas. A primeira diz respeito a sua atuação como organização não-governamental que desenvolve programas de ação colaborativa entre gestores culturais, artistas, arte-educadores, agentes culturais e pesquisadores, por meio do apoio dos Fundos Municipal de Cultura de BH e Estadual de Cultura de MG. A segunda é constituída por um grupo de pesquisa formado por uma rede de pesquisadores que desenvolve seus estudos em várias IES, a saber: PUC Minas, UEMG, UFBA, UFRB e USP, investigando a temática da diversidade cultural em diferentes linhas de pesquisa. O objetivo, tanto do grupo de pesquisa, quanto da ONG, é produzir informação e conhecimento, gerar experiências e experimentações, atuando sobre os desafios da proteção e promoção da diversidade cultural. O ODC busca, assim, incentivar e realizar pesquisas acadêmicas, construir competências pedagógicas, culturais e gerenciais; além de proporcionar experiências de mediação no campo da Diversidade Cultural - entendida como elemento estruturante de identidades coletivas abertas ao diálogo e respeito mútuos.

Pesquisa

Desenvolvimento, orientação e participação em pesquisas e mapeamentos sobre a Diversidade Cultural e aspectos da gestão cultural.

Formação

Desenvolvimento do programa de trabalho "Pensar e Agir com a Cultura", que forma e atualiza gestores culturais com especial ênfase na Diversidade Cultural. Desde 2003 são realizados seminários, oficinas e curso de especialização com o objetivo de capacitar os agentes que atuam em circuitos formais e informais da cultura, educação, comunicação e arte-educação para o trabalho efetivo, criativo e transformador com a cultura em sua diversidade.

Informação

Produção e disponibilização de informações focadas em políticas, programas e projetos culturais, por meio de publicações e da atualização semanal do portal do ODC e da Rede da Diversidade Cultural - uma ação coletiva e colaborativa entre os participantes dos processos formativos nas áreas da Gestão e da Diversidade Cultural.

Consultoria

Prestação de consultoria para instituições públicas, empresas e organizações não-governamentais no que se refere às áreas da cultura, da diversidade e da gestão cultural. Com a temática da diversidade cultural refletem sobre a complexidade do tema em suas variadas vertentes.

SOBRE O BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL:

O Boletim do Observatório da Diversidade Cultural é uma publicação mensal em que pesquisadores envolvidos com a temática da diversidade cultural refletem sobre a complexidade do tema em suas variadas vertentes. Para colaborar com o Boletim, envie textos para: tailzemelo@yahoo.com.br

Expediente:

Concepção e coordenação geral: José Márcio Barros

Conselho Editorial:

Giselle Dupin - MINC - <http://lattes.cnpq.br/2675191520238904>

Giselle Lucena - UFAC - <http://lattes.cnpq.br/8232063923324175>

Humberto Cunha - UNIFOR - <http://lattes.cnpq.br/8382182774417592>

Isaura Botelho - SESC SP - <http://lattes.cnpq.br/3961867015677701>

Luis A. Albornoz - Universidad Carlos III de Madrid - http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/grupos_investigacion/tecmerin/tecmerin_investigadores/Albornoz_Luis

Núbia Braga - UEMG - <http://lattes.cnpq.br/6021098997825091>

Paulo Miguez - UFBA - <http://lattes.cnpq.br/3768235310676630>

Coordenação editorial: Camila Alvarenga e Tailze Melo

Projeto gráfico: Dânia Lima

Revisão editorial e revisão de texto: Tailze Melo

Contato:

boletim@observatoriodadiversidade.org.br

www.observatoriodadiversidadecultural.com.br